

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 535.946 - SP (2019/0289658-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : ANNA BEATRIZ DE OLIVEIRA COSTA SAPIENSA
ADVOGADO : ARMANDO DE MATTOS JUNIOR - SP197607
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu liminarmente o presente *habeas corpus* (e-STJ fls. 47/48) por deficiência de instrução.

Segundo consta dos autos, ANNA BEATRIZ DE OLIVEIRA COSTA SAPIENSA foi presa preventivamente 10/4/2019, pela suposta prática do crime de tráfico de droga e associação de tráfico de drogas, porque, juntamente com outros indivíduos, teria sido flagrada transportando 29,7kg de cocaína, fracionados em quinze tijolos.

O flagrante foi homologado e decretada a prisão preventiva (e-STJ fl.17).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar, na Corte estadual, o qual teve sua ordem denegada (e-STJ fls. 53/66).

Na presente impetração, a defesa afirma a ausência dos pressupostos autorizadores para a manutenção da prisão preventiva da paciente (art. 312 do CPP), asseverando, ainda, que ela não tinha conhecimento da droga que estava no interior do veículo, que somente estava de carona e que o referido veículo pertencia a seu namorado.

Ademais, destaca as qualidades da paciente, como o fato de ser primária e com bons antecedentes.

Assim, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura em favor da paciente.

Superior Tribunal de Justiça

O *habeas corpus* foi indeferido liminarmente por deficiência de instrução. Porém, por meio da Petição n. 00639355/2019, a defesa regularizou a instrução, juntando aos autos o inteiro teor do acórdão impugnado.

Agora, pede a reconsideração da decisão liminar e a consequente revogação da prisão preventiva da paciente, com a expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em que pese o esforço da defesa, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, a Corte estadual apontou a necessidade da medida para garantia da ordem pública, sobretudo em razão da quantidade de drogas apreendida com a paciente. Veja-se o teor (e-STJ fls. 55/62):

(...)

Consta da denúncia que no dia 10 de abril de 2019, por volta das 22h30min, na Estrada Doutor Cícero Borges de Moraes, nº 1400, bairro Vila Universal, na cidade de Barueri, a paciente e os demais corréus, em concurso de pessoas e unidade de propósito, transportaram, da cidade do Guarujá/SP até a cidade de Barueri/SP, para fins de tráfico ilícito, 29,7kg (vinte e nove quilos e setecentos gramas) de cocaína, acondicionados em quinze tijolos, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, nos veículos Chevrolet/Onix, placas GCO-7139, e Renault/Logan, placas ERO-1090. Segundo o apurado, a paciente e os corréus planejaram previamente o transporte da cocaína do Guarujá para Barueri e dividiram entre eles as tarefas, para fim de obter êxito na conduta. No dia dos fatos, Peterson, Bruno e a paciente, na condução do veículo Chevrolet/Onix, placas

Superior Tribunal de Justiça

GCO-7139, saíram do Guarujá, com quinze tijolos de cocaína e transportaram até Barueri. Ocorre que policiais civis, cientes do transporte de drogas intermunicipal por meio daquele veículo, diligenciaram na Rodovia Castelo Branco, sentido interior e, quando avistaram o veículo, passaram a monitorá-lo em viatura descaracterizada até que pararam em um posto de gasolina na Estrada dos Romeiros, quando foi possível identificar que nele estavam dois homens e uma mulher. Naquele posto de gasolina, chegaram os denunciados William e Wilson, no veículo Renault/Logan, placas ERO-1090 e, depois de conversarem com aqueles outros três indivíduos, saíram todos juntos, sentido Estrada Doutor Cícero, ocasião em que foi possível avistar que, no banco de trás do veículo tinham duas grandes sacolas e, após, mais alguns minutos de perseguição, foi dada ordem de parada. Nesse momento, os dois veículos que eram monitorados foram estacionados no acostamento. Os três denunciados do veículo Onix empreenderam fuga, bem como os dois denunciados que estavam no veículo Logan.

Primeiramente, foram capturados Willian e Wilson e, com as informações passadas por um popular, foram capturados os outros três denunciados Peterson, Bruno e a paciente. Em revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado com eles, apenas seus aparelhos celulares, que foram todos apreendidos. **Em revista nos veículos, constatou-se que, no interior do veículo Onix, estavam guardadas duas sacolas e, após quebrarem os vidros, logrou-se constatar que nelas estavam acondicionados quinze tijolos de cocaína, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, que foram todos apreendidos. Indagados, todos os cinco denunciados ficaram em silêncio. Diante disso, eles foram presos em flagrante delito.**

(...)

prova da materialidade da infração e indícios suficientes de autoria por parte da paciente que, em companhia de outros comparsas, foi surpreendida transportando grande quantidade de cocaína, a revelar, ao menos por ora, seu comprometimento com o nefasto comércio e a efetiva necessidade da manutenção de sua custódia cautelar para garantia da ordem pública, de modo a evitar possível reincidência, pois se cuida aqui de delito grave, que gera grandes danos à saúde pública e serve de mola propulsora à prática de várias outras infrações penais.

Com efeito, [o] magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal preconiza que a grande quantidade de droga apreendida, entre outros aspectos, justifica a necessidade da custódia cautelar para a

Superior Tribunal de Justiça

preservação da ordem pública. Precedentes (RHC n. 116.709, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 11/6/2013, publicado em 23/8/2013).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão anterior, indeferindo liminarmente o *habeas corpus*, **mas indefiro a liminar**.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator